

Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)

Pedro C. Chadarevian¹

RESUMO AMPLIADO

Que lugar ocupou a questão racial no debate econômico do desenvolvimento no Brasil? Se nos dedicássemos a ler apenas a contribuição de autores centrais do desenvolvimentismo que dominam o debate no período 1945-1964, tais que Roberto Campos, Celso Furtado ou Ignácio Rangel, seríamos levados a constatar a ausência completa de análise do fenômeno. Por outro lado, é certo que a versão sociológica do desenvolvimentismo – a sociologia da modernização – produziria uma extensa contribuição ao estudo das relações raciais no país. Esta visão, como veremos a seguir, teve uma influência determinante no período, ao colocar o preconceito como elemento indissociável do modo de funcionamento da sociedade brasileira.

Com este artigo, queremos chamar a atenção para o fato que um dos atores centrais do pensamento econômico daquele período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve uma participação política e teórica considerável nas discussões sobre o racismo no país. Contrariamente do se supõe e do que se tem afirmado na literatura sobre o assunto, o PCB possuía uma interpretação complexa e articulada da questão racial no Brasil. A gênese desta interpretação, sua evolução, seus equívocos e reviravoltas, serão o objeto de análise do presente artigo. É indiscutível que, à luz do pensamento dos autores comunistas, o discurso econômico que deriva do período evolui significativamente em relação ao racismo científico, paradigma que havia regido o debate até a II Guerra Mundial. Porém, – e esta é nossa hipótese central –, a fundamentação epistemológica que orienta o discurso e a prática do economista no período, conduz a uma concepção extremamente limitada do problema racial, condenando-a a uma prioridade de segunda ordem, e contribuindo, indiretamente, à manutenção das desigualdades raciais na economia.

A produção teórica do PCB tem sido classificada como a vertente socialista ou democráticoburguesa, dependendo do autor, do ciclo ideológico do desenvolvimentismo do pensamento econômico brasileiro. É fundamental tomar em conta este aspecto no momento de analisar a percepção do problema racial pelo PCB. Os teóricos e intelectuais do partido se inscreviam na linha interpretativa da modernização e do desenvolvimentismo, e é a partir desta maneira de encarar a realidade brasileira que deriva sua percepção do problema racial, sobretudo após a II Guerra Mundial.

É possível identificar duas fases distintas no tratamento dado pelo PCB à questão racial. Na primeira delas, entre 1922 e 1933, nota-se um profundo desinteresse pelo tema, e, ainda que se possa destacar uma visão crítica da questão indígena, as análises do partido tendiam a minimizar o racismo como um problema de relevo da nação brasileira. A

¹ Doutor em Economia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle. Professor do Curso de Economia e do Mestrado em Economia da Universidade Federal de São Carlos-Sorocaba.

partir de 1934, ocorre uma nítida inflexão na linha teórica do PCB, que passa a criticar duramente a condição de negros e indígenas na sociedade brasileira. Porém, é nítido que o quadro analítico utilizado no período não é capaz de dar conta da complexidade do fenômeno do racismo na sociedade brasileira. Um dos fatores que se tem atribuído à ausência de uma crítica marxista pertinente do racismo no Brasil na primeira metade do século é a incapacidade inerente do quadro teórico marxista-leninista em articular exploração de classe à opressão de raça. Como veremos ao longo do texto, esta explicação não é suficiente.

Procuraremos mostrar que a crítica deficiente ao problema racial por parte do PCB está relacionada à interpretação teórica do partido para a realidade econômica nacional em um país considerado semicolonial, independente politicamente, mas subordinado ao capital estadunidense e, no plano interno, a uma classe dominante agrária feudalista. Como resultado, a economia do país se via presa a estruturas arcaicas, que impediam o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Na visão etapista da evolução do capitalismo própria ao marxismo-leninismo, isto significava que o Brasil ainda não havia realizado, à época, uma "revolução burguesa", com a conseqüente modernização das relações salariais, da estrutura fundiária e do parque industrial.

É no âmbito desta leitura particular da economia brasileira que deve ser compreendida a interpretação da questão racial pelo PCB entre 1922 e 1964. O racismo era visto, assim, como um elemento adicional que caracterizava a estrutura semifeudal prevalecente no país, na medida em que os trabalhadores negros e os indígenas estariam submetidos a um regime de trabalho arcaico, "escravista", sem direito à terra nem à organização política. Ainda assim, com todos esses problemas, a linha teórica do PCB não pode ser classificada como racista, como muitas o foram no período, inclusive no interior do movimento comunista internacional. Intelectuais negros militaram no PCB (como Edson Carneiro, Solano Trindade e Clóvis Moura), e outros tiveram posições de destaque na direção do partido, que lançou um candidato mestiço à presidência da República em 1930 (Minervino de Oliveira), elegeu o primeiro deputado federal negro do país em 1945 (Claudino Silva), e teve um mulato em sua executiva central nos anos cinquenta e sessenta (Carlos Marighella).